

REVISTA DE CABO VERDE

EDITOR RESPONSÁVEL
Abílio da Cruz Madeira

Director — L. LOFF DE VASCONCELLOS
S. Vicente de Cabo Verde

IMP. DE LIBANIO DA SILVA
R. do Norte, 91 — LISBOA

A REVISTA

Emquanto tivermos superabundância de materias, passamos a publicar a «Revista», quinzenalmente, para evitar muitos numeros de supplementos.

Começamos a fazel-o já este mez d'abril, mas deixamos aqui bem declarado, que isto não nos obriga por uma forma permanente — nem estabelecemos numero certo de paginas.

A MUDANÇA DA CAPITAL

Em assumptos governativos tem sido sestro da nossa raça desprezar negocios de primordial importancia para dar vasão a questões de pouca monta; pôr de parte empresas que offereçam difficuldades, ainda que deem segura garantia de bons resultados, para abordar operações de facil realisação, ainda que d'ellas só tenhamos a colher as eternas miserias que têm sido fructo de todas as nossas especulações politicas. E, quantas vezes, entre nós, se dá de mão trabalhos de summa gravidade, para, — apaixonadamente, desamando velhos recursos de argumentação, desenvolvendo aptidões melhor empregadas em cousas de mais claro interesse, — se tratar de esquirolas, do porte d'aquellas ridiculas questões de pragmatica official, mais visitas menos cumprimentos, a quem devem ou não ser feitas, mais senhorias menos excellencias, a quem devem ou não ser dadas!

Quantas vezes, em prejuizo de deveres primopondados, se consomem forças, se gasta tempo, se desperdiçam paixões, para chamar um discolo, um esquecido, ou um recalitrante, a cumprimento de deveres que não affectam de modo claro e positivo o interesse da provincia!

E, n'esse afan de indefessos bagatelleiros, quantos attrictos, quantas difficuldades levantadas ao correr dos negocios publicos, quanta perda de tempo, dispondo nós de tão pouco, (que a morte, a liquidação, está alli á porta), e com tanto que fazer!

Os inglezes dizem: *Time is money*. — Nós, podemos dizer: *Fazer tempo é tambem fazer alguma cousa*. E vamos fazendo tempo, já que cousa mais util não podemos ou não sabemos fazer.

É assim que, ao passo que os problemas que, de

algum modo, interessam o progresso e o futuro da provincia são postos de parte, são mandados esperar, — as questões futeis são trazidas a terreiro, discutidas e tratadas com uma gravidade de fazer rir bonzos e chorar portuguezes.

A mudança de Capital da Praia para S. Vicente é uma d'estas questões sempre postas de parte, sem se saber bem por que considerações.

Um dos nossos ultimos governadores, o sr. Brandão de Mello, por derivativos d'anagogia, pode não se ter dado a esse trabalho; outro, o sr. Serpa Pinto, a febril actividade com que dotou a provincia de tantas obras de utilidade, talvez lhe não deixasse tempo de pensar n'isso; e, não é extranho que, quem fez tantas cousas de que havia necessidade, não fizesse quantas havia a fazer.

A competencia intellectual do sr. Conselheiro Lacerda é sufficiente garantia de que nos cumpre esperar d'elle a realisação d'esse melhoramento.

É ocioso ponderar as razões que exigem essa mudança; é ella uma d'essas medidas que cumpre adoptar com toda a urgencia, não só por interesses politicos e administrativos, como para acabar com essa comedia suissa de duas capitães. — Não tem muito que pensar; não exige locubrações, nem opinião da junta de saude, como a celebre questão do sanatorio, nem grandes engenharias, como a ponte-caes da ilha do Fogo.

Entretanto é um nó gordão, que, tendo tido um Alexandre, ainda não foi cortado.

*

Se está reconhecida a conveniencia d'essa mudança; se não resta duvida sobre a superioridade de S. Vicente, como clima, como situação geographica, como posição estrategica, como melhor dotada de grandes elementos de progresso, — que razões ha ahi que mais alto falem?

De resto, pouco falta para que S. Vicente seja, officialmente, a capital da provincia.

A cousa reduz-se a uma remoção de velhos archivos e velhos burocratas; tirar uns dos seus armarios, sacudil-os da poeira; desaninhar outros dos seus *home*, arrancal-os ás suas queridas febres e, quiçá, a uma certa cousa que affastava os gregos, desgostosos, da ilha de Lemnos...

O resto já está em S. Vicente. Lá está o governador; lá está o extraordinario movimento da navegação

inter-oceanica, a estonteadora actividade de uma robusta vida commercial, o espectaculo verdadeiramente original d'uma população fluctuante que os grandes transatlanticos despejam ali, e que, desembarcando de manhã e partindo á noute, fazem d'aquillo uma extranha feira cosmopolita, um acampamento de multidões que passam para a America e que regressam á Europa e Asia; — ruas atulhadas de gente que fala em todas as linguas, specimens de todas as raças, exhibição de todos os vestuarios, de todos os costumes, de todos os typos, desde o *salero* das filhas da Hespanha até as figuras sentimentaes das *misses* tysicas; desde o rabicho do chinez até o punhal do corso; e, finalmente, lá está o interesse de representação a chamar todo o nosso luxo de gallões a, perante navios e officiaes de todas as nações, attestar que o velho Portugal tambem marcha com o resto do mundo...

Na Praia só ficaram o sr. Secretario Geral, o Boletim Official e os srs. typographos, todos á espera dos despachos e portarias que vem de S. Vicente, uma ilha que fica lá muito longe, mais perto de Lisboa que da Praia!

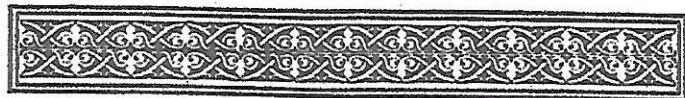
Em S. Vicente está o Futuro impaciente por romper a nossa velha rotina e atingir rapidamente o brilhante destino que lhe está reservado.

Na Praia só ficou esse anachronico progresso á antiga, com todas as suas hesitações, com todos os sens estacionamentos, com todas as suas contra marchas de carangueijo.

Sei que ha muitas pessoas sensatas que opinam pela conservação da capital na Praia; não ignoro, porém, que essas taes, não constituem a maioria dos homens imparciaes da provincia.

E mais sei de paladinos que, enristando sédiços paralogismos, estafadissimas argucias e, até mesmo razões scientificas, proprias ou de emprestimo, não deixarão de, em valentes arremettidas, entrar em liça commigo e quebrar lanças em defeza dos creditos da Praia. Nada, porém, me assusta.

Digo aquillo que me parece coherente, justo e favoravel aos interesses da minha terra, sem submeter o meu dizer ao sentir de ninguem, nem me deter em considerações que se affastem do interesse geral e da verdade, — ainda que uns Fontenelles, que encontro em meu caminho, me repitam, aos ouvidos, esse eterno estribilho das pusillanimes: *Se tens a mão cheia de verdades não a abras.*



CLAMORES

Á testa da administração d'esta provincia, está um funcionario, cuja illustração, honestidade e bom criterio ninguem põe em duvida; porém, o addiamento na realisação de alguns importantes melhoramentos de que carece a provincia, está levantando alguns clamores surdos, que o muito prestigio e a illimitada confiança

que a todos merece a honestissima administração de s. ex.^a, faz com que ainda os homens mais sensatos, não acompanhem os clamorosos e alimentem esperanças de em breve, vêr-se em execução o desenvolvimento dos planos de melhoramentos, que s. ex.^a tem estudado com a competencia que se lhe reconhece, e que por razões desconhecidas do publico e sem duvida attendiveis, ainda não foram apresentados.

Não pertencemos ao exercito dos que desconhecem as difficuldades que se levantam sempre a um governador que administra uma provincia pobre e enfraquecida por tres annos de crise alimenticia, que consumiram quasi toda a receita disponivel para melhoramentos de importancia; sabemos bem que a provincia não está nadando em ouro, e que por isso, antes de se realisar qualquer obra de vulto, o chefe da provincia tem de estudar e reflectir muito e muito sobre a preferencia que deve dar aos melhoramentos a realisarem-se. e mais ainda, não ignoramos as instrucções apertadas de rigorosa economia, que o governo da metropole está enviando a todos os governadores.

Por todas estas razões, não podemos, nem fazemos côro com os que, sem pesar maduramente as circumstancias, clamam cá fóra contra o retardamento d'esses melhoramentos, sem se lembrarem que a provincia ainda mal sahiu de uma horrorosa crise, que o governo teve de combater, soccorrendo largamente os famintos, e que isto depauperou as forças do nosso thesouro.

Pertencemos ao numero dos que alimentam justas e fundadas esperanças, que esses melhoramentos não hão de tardar, e que antes de s. ex.^a sahir de Cabo Verde, ha de deixar vinculado o seu nome a grandiosos e uteis melhoramentos.

Esperemos todos, e se assim não fôr, cada um o ajuize como entender.

A nosso vêr, um dos melhoramentos mais importantes, seria a construcção de uma ponte em S. Vicente para o embarque e desembarque de mercadorias, ou a concessão para a sua exploração, por uma empreza particular, por um determinado numero de annos, e estamos convencidos que em 24 horas estaria subscripto o capital preciso para esse fim.

É preciso que se vá instigando a iniciativa e a concorrência particular; é preciso que o publico, que grita e reclama, faça de sua parte alguma coisa tambem.

Peçam a exploração d'esse melhoramento por conta particular a exemplo do que se faz em todo o mundo civilizado, onde o povo não espera só os beneficios dos governos; pensem, estudem, aggreiem-se, trabalhem, e se o governo não lhes prestar o auxilio e a protecção necessaria, então levantem-se em massa, como cidadãos trabalhadores, honestos, que querem o engrandecimento da sua patria, e ponham fóra os traidores, os inimigos do nosso progresso, do nosso desenvolvimento, do nosso bem estar e felicidade!

Mas enquanto não fizerem isso, enquanto só esperam que os governos estudem, e adivinhem as nossas necessidades, enquanto se limitarem só a censuras e a criticas infundadas, sem tomarem uma unica iniciativa, sem apresentarem um unico estudo, sem se associarem, para entrarem em concorrência n'esses melhoramentos, sem finalmente darem melhor orientação á politica colonial, enquanto não fizerem isso tudo, é-lhes retirado o direito de cidadãos livres, e hão de consequentemente sujeitar-se a uma boa ou má administração.

Por sua parte o governo de Cabo Verde deve pôr em pratica processos modernos de administração.

Até aqui contrahir um empréstimo era uma deshonra, um crime, um erro, um desvario administrativo; hoje, está reconhecido que é uma necessidade, quando se não tenham recursos de prompto, mas que se podem ter amanhã.

E n'esta ordem de ideias, um empréstimo actualmente, era accetável — para se alargarem os planos e a realisação de uma boa parte dos melhoramentos reclamados.

Sem dinheiro é que nada se pôde fazer.



A CREAÇÃO DE UMA COMARCA EM S. VICENTE

Damos hoje publicidade á bem elaborada representação feita pelos principaes negociantes e proprietarios da ilha de S. Vicente, dirigida ao Rei, pedindo a criação de uma comarca aqui em substituição do actual julgado municipal.

Consta-nos que a comissão municipal, acompanhou tão justo pedido, representando, por seu turno, e advogando a decretação d'esta medida.

Effectivamente, o concelho de S. Vicente tem jus a este beneficio, por muitas e variadas razões.

O regimento da administração de justiça de Cabo Verde, de 1897, ampliando consideravelmente, é certo, as attribuições do juiz municipal, no que sensivelmente melhorou as condições da administração de justiça n'este concelho, — restringiu contudo essas attribuições, quanto ás causas civeis, processos orphanologicos, execuções e processos crimes ordinarios — e tem anomalias e incoherencias dignas de reparo.

Vejamos:

— O juiz municipal, que, como presidente do tribunal do commercio, pôde julgar todas as causas commerciaes, sejam ellas de que valor forem, — não pôde preparar, nem julgar as execuções derivadas das mesmas acções, excedendo o valor a 500\$000 réis!

— As causas civeis de valor superior a 60\$000 réis, julgadas pelo juiz municipal, teem recurso para o juiz de direito e d'este para a Relação de Lisboa, de forma que ha *tres instancias para as causas civeis do julgado municipal de S. Vicente*.

— Os despachos de pronuncia nos processos ordinarios crimes, carecem de confirmação do juiz de direito, do que resultará a maior parte das vezes a impunidade dos crimes revoltantes e graves praticados n'este concelho, pois, é evidente que os pronunciados, tendo, como teem muita facilidade aqui nos meios de evasão, não esperariam pela confirmação da pronuncia, confirmação que pôde levar um mez a proferir-se!

— Os processos orphanologicos de valor superior a dois contos de réis, pertencem á jurisdição do juiz de direito da comarca.

— E muitas outras restricções, que são um verdadeiro tropeço á boa, prompta e proficua administração de justiça n'este concelho.

Ora, todas as restricções apontadas importam indistinctivamente um aggravamento de despesas, um desperdicio de tempo e uma serie de graves inconvenientes, para o povo d'este concelho.

A cidade do Mindello, é em commercio, população e importancia politica, a primeira do archipelago caboverdeano; é a mais concorrida por estrangeiros, a mais frequentada pela navegação inter-oceanica, a mais

exposta á apreciação e estudo dos estrangeiros que a visitam diariamente e que investigam com aguda curiosidade os seus elementos de vida moral, e finalmente as suas condições de civilisação, progridem espantosamente, mercê do quotidiano convívio com os europeus que por ella transitam.

Não se deve, pois, negar a um concelho n'estas condições, as regalias que pede o a que tem incontestavel jus, e já que é elle que alimenta o thesouro provincial com um quinhão desproporcional de sacrificios, deve em compensação receber beneficios que satisfaçam as suas inadiaveis necessidades e aspirações, tanto mais, quando é certo que o beneficio que hoje reclama importa em um insignificantissimo augmento de despesas, sendo as vantagens enormissimas.

É de notar que desde 1896, este concelho está reclamando esta medida, e desgraçadamente os poderes publicos teem cerrado os ouvidos a tão justo pedido.

A testa da administração de justiça no actual julgado, está um magistrado digno a todos os respeitoes da consideração publica, pelo seu saber, illustração e rectidão, e para que o beneficio agora reclamado, fôsse mais salutar e completo, devia esse magistrado ser conservado quando se creasse a nova comarca — porque a par de uma boa organização judiciaria, requer-se uma recta administração de justiça, e esta não podia ser exercida mais satisfatoriamente, mais honesta e brilhantemente, do que o está sendo, o que sem duvida é uma garantia segura para os interesses, para a honra e tranquillidade d'este povo.

Eis a representação a que nos vimos referindo:

SENHOR!

Entre os diversos ramos de serviço da administração publica, um d'aquelles cuja melhor organização muito mais importa ao bem estar dos povos, é sem duvida a administração judicial, pela transcendencia das suas funções que teem intervenção directa e immediata em muitos factos da vida social.

A principal condição de uma organização de serviço consiste na commodidade que ella pôde offerecer aos povos, sem a preocupação dos pequenos encargos que ella pôde trazer, porque a despesa que n'este intuito se fizer não sae da regra da boa economia, tanto mais que esta consiste na justa e boa applicação das receitas publicas. E dizemos muito de proposito que todo o dispendio tendente a proporcionar commodidade aos povos entra n'essa conta, por que tudo quanto cada um isoladamente gasta para ir obter uma regalia, um direito, a justiça, enfim, nos logares onde estão centralizados os tribunaes, representa um desperdicio de tempo e de dinheiro, o qual tem depois relação, ou immediata ou pouco remota, com a economia publica.

É fundado n'estes principios que são apoiados pelas razões que passámos a expôr á consideração de Vossa Magestade, que os habitantes d'esta ilha vêem representar, pedindo que o seu julgado municipal seja transformado em uma comarca que poderá abranger aquellas das ilhas do grupo de barlavento, cujas conveniencias mais se approximam d'esta em razão das suas relações commerciaes e da frequencia de communicações.

SENHOR!

O decreto de 14 de outubro de 1895 creou o julgado municipal de S. Vicente, dando-lhe muito mais largas attribuições do que aos julgados creados no continente do reino por decreto de 29 de julho de 1886, visto

que junto d'elle e servido pelos proprios magistrados se estabeleceu um tribunal de commercio de primeira instancia.

Aquellas attribuições foram ainda alargadas no regimento de justiça approved por decreto de 23 de dezembro de 1897, reconhecendo um diploma recentemente promulgado—o decreto de 24 de novembro ultimo—que aquellas attribuições são quasi eguaes ás dos juizes de direito (textual). Este ultimo decreto concede aos magistrados e empregados de justiça d'este julgado municipal, os mesmos emolumentos e salarios que a tabella de 13 de maio de 1896 estabelece para os juizes de direito e empregados judiciais das comarcas.

De tudo isto resulta que agora têm os habitantes d'esta ilha os encargos que derivam da disposição d'este ultimo decreto sem as vantagens equivalentes, porquanto as attribuições do juizo sendo quasi eguaes ás dos juizes de direito, não são, todavia, completas, obrigando por isso os povos d'esta ilha a irem á cabeça da comarca quando tenham de intentar questões, ou de garantir os seus direitos, questões que estejam fóra da alçada do juiz do julgado e que porventura são as de todos os dias.

É para ponderar que os meios de comunicação para a ilha de Santo António geralmente não offerecem segurança, visto serem exclusivamente constituídos por lanchas de muito pequena lotação.

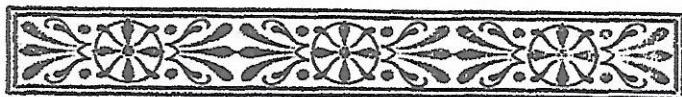
Esta ilha tendo como tem uma colonia estrangeira muito importante, e visitada como é diariamente por viajantes de todas as nacionalidades, deve ter por isso mesmo um tribunal de primeira instancia que possa conhecer de todas as questões sem dependencia, a qual aos olhos do estrangeiro não pode ser bem vista, antes motivo de reparo, accrescendo que a dependencia que actualmente se dá é muitissimo onerosa para aquelles que tem de recorrer á cabeça da comarca.

Fiados na solicitude e no inexcedivel interesse que o governo de Vossa Magestade tem por tudo quanto representa melhoramentos publicos.

Pedem e esperam os abaixo assignados que Vossa Magestade houverá por bem deferir-lhes, creando n'esta ilha uma comarca em substituição do actual julgado municipal.

E. R. M.

S. Vicente de Cabo Verde, 12 de Janeiro de 1899.
(Sequem-se 112 assignaturas).



SANEAMENTO E COLONISAÇÃO

Colonisar é o ideal das grandes e pequenas nações, que tem colonias. É elle o fundamental principio da riqueza e prosperidade das vastas regiões incultas e por civilisar.

Mas para que o colono se conserve e crie amor á terra para onde emigrou, é preciso que tenha força e saúde para o trabalho, que a familia o acompanhe para o ajudar e para lhe proporcionar o conforto do lar domestico.

Para isso é necessario, sobretudo, sanear as povoações, para que esse receio das febres graves e da insalubridade, que afugenta uns e traz outros receosos para África, desapareça por completo, chamando para as nossas vastissimas regiões ultramarinas, incultas e despovoadas, a emigração que se encaminha para o Brazil, ou porque a devastação da *febre amarella* seja menos conhecida em Portugal, ou porque um ideal de riquezas allucine o cerebro dos menos tímidos. Mas que desilusão para os que conseguem voltar, á custa de enormes sacrificios!

Tentativas se tem feito para encaminhar a emigração para as nossas provincias ultramarinas, mas em que condições?

E em geral não é propriamente o colono que vem para o ultramar. Procuram mais nos grandes centros empregos no Estado e no commercio, gente sem familia, que raras vezes cria raizes, retirando ás primeiras doenças ou regressando logo á patria em obtendo um pequeno peculio.

Isto será porque o europeu se não acclima em Africa? Não, porque temos o exemplo d'ontras raças e nós mesmos, principalmente nos habitantes da Extremadura, do Alentejo e do Algarve encontramos magnificos elementos de acclimação.

O que nos falta é drenar os pantanos, é sanear as povoações, que, em geral, foram edificadas, pelos nossos antepassados, nas peores condições, escolhendo-se os pontos menos salubres e mais apaulados.

Temos, sem ir mais longe, o exemplo da cidade da Praia, capital de Cabo Verde, entallada entre montes mais elevados do que o planalto em que ella assenta, cercada de terrenos apaulados nos valles que a separam d'esses montes, onde se formavam terriveis pantanos. A sua insalubridade era tradicional mesmo entre as ilhas do archipelago, onde se citavam, com terror, as celebres *carneiradas* do tempo das chuvas.

Pois esse estado melhorou muito, embora o saneamento ainda não seja completo.

E sabem porquê?

Porque no governo do conselheiro Albuquerque se começaram a abrir vallas na *Varzea da Companhia*, drenando uma grande parte dos terrenos a oeste da cidade. Esses trabalhos, porém, não se concluíram e só mais tarde, em 1893, vinte e cinco annos depois, se continuaram, rasgando-se vallas em toda a extensão d'esses terrenos, mas ainda assim empedrando-se algumas e deixando-se outras só escavadas e sujeitas a ser atterradas com as alluviões.

O plano geral de taes trabalhos não se completou e são já passados quatro annos, isto apesar do disposto na alinea (e) da Portaria Provincial n.º 131 de 4 de julho de 1897, que não teve, infelizmente, execução.

Será necessario esperar mais 25 annos para que se complete de vez aquella obra de reconhecida importancia e vantagem?

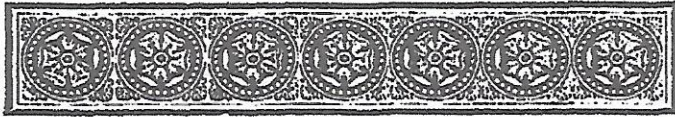
Se durante todo o tempo que decorreu, depois dos primeiros trabalhos, em 1870, se tivesse gasto a pequena verba annual de 500\$000 réis, estariam hoje completamente extinctos os dois pantanos, que circumdam a cidade da Praia e modificadas, muito consideravelmente, as suas condições hygienicas, se a par com este melhoramento se houvesse tambem tratado a sério da arborisação dos seus arredores.

Sanear e depois colonisar: é este o grande principio. E em Cabo Verde precisamos do saneamento e tambem da arborisação.

Se o que ahi fica dito servir, como uma lembrança, para o completo saneamento da cidade da Praia, com a conclusão dos trabalhos já encetados, e para a sua

iniciação n'outros pontos da provincia, ficaremos bem com a nossa consciencia por ter prestado um bom serviço a Cabo Verde.

A. DE A.



A VENDA DAS COLONIAS

A minha ingenuidade de homem pouco versado em cousas politicas, pouco entendido em rasões de estado, teve-me, ha dias, muito convencido da falsidade das noticias que correram e correm ainda com persistencia assustadora, ácerca da alienação de algumas colonias portuguezas d'África.

Por motivos algo ponderosos não poudes acreditar que o nosso governo arrostará — não com a impopularidade que, ao que me dizem, em Portugal, onde o povo parece desconhecer ainda a força que pode desenvolver, não é coisa que levante obstaculos, — porém, com a não muito leve responsabilidade de, á face do mundo, sob o gladio da Historia, violar as mais sagradas leis civicas e attentar contra a integridade da patria.

Cheguei mesmo a sustentar com pessoas que, n'estas cousas e em muitas outras, viam mais longe que eu, acaloradas discussões, nas quaes, — posto que seja immodestia é força dizel-o, — com quanta energia poudes desenvolver, defendi os homens do governo de tão graves e monstruosas accusações.

Quando, porém, os factos começaram de accentuar-se e caminhar para a sua consummação, curvei a cabeça, e o meu espirito todo se obumbrou no mais doloroso dos assombros.

Lancei então o meu pensamento á procura da explicação d'esse crime. Era uma ancia infinita. Não sei se adormeci, mas creio que comecei a sonhar ou a delirar. Eu não podia admittir, assim sem mais rasões, que esses homens chamados a dirigir os negocios superiores da sua nação, a salvaguardar-lhe a honra, a defender-lhe os direitos, a desanuviar-lhe o futuro, a velar pela sua integridade, se permittissem o opprobrio de precipitar-lhe a queda, de sacrificar, enfim, aquillo cujos cuidados de conservação, cuja obrigação de defeza tinham, sob solemne juramento, accetado. Era dolorosissimo accetar essa triste verdade: que os portuguezes tratavam de vender os seus miseraveis irmãos d'além-mar.

Mas depois de muito pensar, no fundo confuso do meu sonho, bati com a mão na testa e exclamei: *Eureka!* Tinha achado. O delirio abriu-me repentinamente, os olhos d'alma; estava eu de posse d'uma maravilhosa segunda vista. E, eis o que vi: Esse feio crime de que fallavam indignadas as gazetas, deixava de existir. Os portuguezes não hobreavam com os filhos de Jacob; esse exemplo continuaria unico na historia.

A venda effectuava-se mas em circumstancias que tirava de sobre os hombros de quem a realisava, todo o peso d'esse crime de vender irmãos. Os homens do governo tinham passado a ser estrangeiros; de modo que ao tempo de negociar a venda das colonias, já não eram portuguezes; assim deixava de lhes tocar o laben de vender a propria patria.

Vendiam é certo; mas vendiam uma cousa a que não estavam ligados nem por amor nem por venera-

ção; vendiam uma cousa extranha, que já lhes não pertencia.

E ahí está como eu vi que, se não estava salva a patria, pelo menos, a honra do patriotismo portuguez estava incolume.

E o meu espirito, envolvendo-se n'aquellas consolações que suavisaram a dor de Francisco I em Pavia, inspirou-me o seguinte pensamento:

— Se entre os portuguezes

Alguns traidores houve algumas vezes

não são, com certeza, esses do governo que, antes de sacrificarem a patria sacrificaram o proprio patriotismo.

Ái de mim, porém, o meu sonho diluiu-se ao levantar-se a realidade; e volto á dôr de acreditar na evidencia do tristissimo destino que nos está reservado.

Nós os africanos somos filhos da mãe patria. Filhos mais ou menos despresados, é verdade, mas filhos, em todo o caso. Não descendemos tanto dos degradados que para cá vinham acossados pela vara da Justiça, então mais fallivel ainda que hoje, — como dos valentes que ousavam arrostar mares e climas; o sangue dos cobardes, é que evidentemente não nos gira nas veias; porque esses taes não havia força que os arrancasse do borralho das lareiras.

Por o legitimo direito de paternidade; por essa lei moral que nenhuma consideração utilitaria abroga, os paes, contam, — lá quando a decrepitude lhes cõa nas veias o gelo da morte, — com todas as forças vivas dos filhos que os amparem e defendam; com a transfusão do sangue novo, energico producto de cruzamento de raças, que tonifique, que regenere, as suas depauperadas forças viles.

Nem, porém, a natureza, a lei de Deus, nem os codigos dos homens, conferem aos paes o direito de vender os filhos.

Filho, pôde ser propriedade, mas propriedade inalienavel.

A Hespanha lá vendem as Filippinas; os filippinos, porém, não se considerando mercadoria, não me consta que tenham chegado ao convencimento da legalidade d'essa venda.

Aguardemos os acontecimentos e vejamos se os portuguezes de Angola, Moçambique e Cabo Verde estarão dispostos a accetar essa classificação de artigos de factura.

E. TAVARES.



FARDAMENTO

Parecerá uma pieguice a epigraphe d'este artigo, mas não o é na essencia.

Com reparo de toda a gente, os aspirantes da alfandega de S. Vicente, quando acompanham o delegado de saude á visita dos navios entrados n'este porto, apresentam-se á *paizana*, uns de gravatas espantosas, como uma flammula, outros de boquet com emblema e calças de casimira, enfim, cada um, como lhe suggere a sua phantasia mais ou menos original e extravagante.

Isso dá logar á critica dos estrangeiros, que ridicularisam as nossas cousas; é uma quebra de disciplina, e expõe esses empregados a equívocos e a desconsi-

derações, que se poderiam evitar, trazendo elles as insignias devidas, como é do regulamento.

Chamamos a atenção do digno administrador d'esta alfandega, para este facto.

S. M.



A LUZ ELECTRICA EM S. VICENTE

Ingenuamente confessamos, que bem longe estavamos de esperar que existisse na cidade do Mindello, uma unica opinião contrária á illuminação d'esta cidade a luz electrica, tanto se nos affigurava ser este importante melhoramento, de primeira ordem, bem acolhido por todos os Mindellenses.

Appareceu, porém, no numero anterior da *Revista*, um controversista, negando as vantagens da luz electrica em S. Vicente e apontando outros melhoramentos que reputa de primordial importancia e de mais urgente e real necessidade.

Não discutiremos estes melhoramentos, nem lhes negaremos a importancia e utilidade que se lhes attribue: no que discordamos é no illustre controversista não incluir no numero d'esses melhoramentos, dando-lhe preferencia, a illuminação da cidade a luz electrica.

Objecta-se que em uma cidade, como esta, onde das 9 horas da noite em diante as ruas apenas são habitadas por alguns cães vadios, não ha necessidade de uma luxuosa illuminação, considerando como tal a luz electrica.

Este argumento não colhe, e a acceital-o, tinhamos em boa logica de concluir que é um disparate tambem cada um ter em sua casa uma boa luz, para ser aproveitada somente 3 ou 4 horas por noite: bastaria um simples candieiro de azeite, uma lampada, ou uma vela de cebo; mas não é o que vemos.

O que vemos é todos procurarem ter boa luz em suas casas, preferindo um bom candieiro, embora custe 40\$000 réis, a um de cinco tostões.

Não concorda n'isto o sr. José Dias?

Será s. ex.^a alguma d'essas aves nocturnas, que tem horror á luz: a *strix ulula*?

Além d'isto, não é só para illuminar resplandecentemente as taboetas das ruas, que a luz electrica serviria.

Os nomes d'estes santos varões e d'esses illustres heróes, cujos nomes ali estão inscriptos, não carecem de mais auréola que o prestigio de seus feitos: onde porém, a nosso vêr, elles deviam estar era nos claustros d'algun mosteiro medieval. N'isto estamos d'accôrdo todos, e crêmos que até á realisação do projecto da luz electrica, para lá irão, para evitar as irreverencias dos inimigos das coisas velhas!

Nem seria tambem só para acalentar o somno reparador dos nossos pacíficos policiaes.

Serviria justamente para coisas oppostas, e de mais importancia:

Para evitar que de noite os nossos pacatos transeuntes se choquem pelas ruas da cidade, como succede actualmente, e evitar roubos, assaltos ao pudor, immoralidades e crimes, que aqui se estão praticando, protegidos pela obscuridade em que está a cidade, e pelo profundo roncar dos nossos anestesiados policiaes!

Crêmos que é do dominio publico o attentado re-

centemente praticado ás 8 horas da noite, n'uma das ruas d'esta cidade, contra o pudor de uma mulher!

E uma cidade, onde se perpetraram crimes d'estes, e onde a casa do cidadão está sendo frequentemente assaltada pelos gatunos, não precisa de luz?

Diz o nosso controversista que o Municipio teria de recorrer a um emprestimo de 15 contos de réis, para esse melhoramento!

Não sabemos que bases se tomaram para tal calculo: o que nos consta é haver já uma proposta particular, de dez contos de réis apenas, e que já se estudou o assumpto, chegando-se á conclusão, de que em 8 annos o Municipio, teria pago o custo da montagem da luz electrica, passando depois a dispendir menos do que dispende com a illuminação actual, a petroleo.

Ora o sacrificio das despesas com esta montagem, ficaria bem compensado com o beneficio que tal melhoramento trazia.

A luz electrica, modernamente, está sendo empregada na illuminação de cidades, villas e localidades, muito mais insignificantes do que a cidade do Mindello.

Esta existe nas Caldas da Rainha, em Cascaes, em Elvas, e em algumas pequenas cidades da costa de Africa.

Ora, S. Vicente, cujo progressivo desenvolvimento moral e material, e suas especialissimas condições de importante ponto de transito de passageiros, e ainda pela sua importancia commercial e politica, merece e merece bem possuir a luz electrica, embora com algum sacrificio e com preterição de outros melhoramentos tambem de utilidade.

Um Municipio com um tão modesto rendimento, não pode realizar, *d'un coup*, todos os melhoramentos de que o Conselho necessita.

É preciso principiar por um d'elles, o mais inadiavel: e esse, é a dotação á cidade da luz electrica!

Não discutimos homens: viesse o Urbino de Freitas presidir a esta Municipalidade, applaudil-o-hiamos entusiasticamente, se apresentasse tal projecto, assim como não applaudiremos Municipalidade alguma que não cumpra bem a sua missão. Creia isso o nosso distincto controversista.

Não carece de mais largas considerações o assumpto: a demonstração da justiça da causa que advogamos, desapaixadamente, está na boa razão de toda a gente que raciocina — e se se duvidar d'isto, convoquem-se todos os municipios d'este concelho, e ouça-se a opinião d'elles.

Estamos em crêr que só discordariam: os petroleiros e o sr. José Dias!

L.



DECADENCIA RELIGIOSA

Custa-nos dizel-o, mas é forçoso declarar-o, que ha 20 annos a esta parte, os sentimentos religiosos do povo de Cabo Verde, vão dia a dia decahindo deploravel e assustadoramente.

É uma vergonha entrar-se n'uma das nossas egrejas; a falta de respeito, de decôro e dos mais rudimentares preceitos de civilidade e de decencia, são ali postos em pratica com uma semcerimonia; um despalante e uma impunidade atroz e revoltante.

Os bons catholicos fogem de ir aos templos, que

são frequentados por meia dúzia de herejes e athens, arrastados ali por conveniências indecorosas; nossos templos converteram-se em salão de *rendez-vous* amorosos; os homens de fé pura, os tementes a Deus, são ali ridicularizados e chasqueados, pela tuna ignara e ignorante dos livre-pensadores, e o exercício do culto divino é interrompido pelas gargalhadas sonoras e estridentes dos embriagados *dandys*.

Protestamos com todo o vigor dos nossos sentimentos religiosos, contra taes attentados e irreverências. A casa de Deus deve ser respeitada e a nossa religião acatada.

Quem quizer ridicularisá-la, que o faça em sua casa; dentro do templo, não e não!

E se por um lado protestamos contra taes factos, por' outro, como catholicos que somos, não podemos deixar de dizer que se tem descurado muito na provincia, do ensino e da educação religiosa.

Os parochos não fazem catecheses; a rhetorica sagrada não é cultivada; os pulpitos estão cheios de teias d'aranha; a eloquencia sagrada só é conhecida nas solemnidades profanas e nos festejos dos centenários; o Evangelho ninguem o ensina, e as funcções religiosas não teem aquella frequencia, apparato e esplendor que deviam ter!

É com estas frouxidões e indifferentismo, que a cauza religiosa vae perdendo terreno; é assim que o povo se vae ausentando da egreja; é assim que os verdadeiros catholicos se vão encaminhando para a descrença, para o protestantismo, ou para o atheismo.

Hoje, que a maioria dos nossos parochos, é composta de padres intelligentes e illustrados, como Duarte da Graça, André Firmino, Julio Delgado, João Rodrigues e muitos outros que não citamos, e que o não são menos; hoje, que á testa da administração ecclesiastica temos um prelado que se impõe pelas suas virtudes e pelos mais elevados sentimentos christãos; hoje, que o ensino religioso, no seminario, está confiado á competencia de homens de reconhecido talento e saber, da força do dr. Ferreira da Silva, conego Oliveira Bouças, conego Teixeira e outros; hoje, que ha todos estes elementos poderosissimos, — desejariamos ver dar-se mais impulso aos assumptos religiosos na provincia, abrindo-se escolas nocturnas de ensino religioso; cathechizando o povo, atrahindo os fieis á egreja, e finalmente, fazer-se ouvir por toda a parte as incomparaveis, divinas e augustas palavras do Martyr do Golgotha.

É preciso amparar, com mão forte, com a coragem, com a abnegação e heroismo de que o Divino Mestre nos legou exemplos admiraveis, o pobre povo cabo-verdeano, que está á beira do abysmo profundo e insondavel da Descrença, da Indifferença e da Degradação Moral.

É preciso elevar a religião á altura que deve estar. É a vós todos, Ministros de Christo, e a vós todos, filhos da Egreja Catholica, para quem appellamos, como Catholicos.

* * *

Ha muito poucos dias é que nos veio parar ás mãos um folheto intitulado *Apreciações*, trabalho do infatigavel e illustrado vice-reitor do seminario, o dr. Ferreira da Silva.

Brevemente nos occuparemos d'elle.

Os homens que trabalham, os que teem tempo para tudo, merecem sempre os louvores e applausos publicos.

E assim como se não deve regateiar louvores a es-

tes, não se deve occultar o desagrado que a todos cauza, a abstinencia dos homens esclarecidos, na Obra grandiosa da Regeneração da humanidade, da sociedade e de um povo.

SILVA CAMPOS.



À RODA DE CABO VERDE

(Cartas d'um commis-voyageur)

1

Não imagina, meu caro amigo, as peripecias do *struggle for life*, de Cabo Verde, as estravagancias dos seus regulamentos, as inclemencias por que se passa para vender uma peça de algodão cru, e as descomposturas com que por cá se nos mimoseia, a nós os homens do progresso, do trabalho e das coisas praticas!

Cabo Verde está empestado da lepra poetica do *lyrismo*.

Um homem pratico, já não tem colação n'este mercado de poetas.

Para se vender um metro de fita é preciso fazer um verso á graciosa cliente.

E' preciso dizer-lhe:

Senhora! No immenso azul
D'esta abobada radiante
Não ha brilho que compare
Ao vosso olhar fulgurante!

E eu que nunca me dediquei ás Musas, tenho que encomendar versos a 30 réis, para recitar, e pôr alguns na etiqueta das peças de chita, á porta do meu escriptorio e nas malas quando viajo.

Já me lembrei até de admittir ao meu serviço permanente, um poeta barato, grave, fiel, para me fazer os recursos para o conselho de provincia, em longos alexandrinos, por que sendo em prosa commum, não teem provimento, e perde-se o papel sellado, que graças ao nosso desafogado estado financeiro, custa 100 réis!

As proprias estatisticas fazem-se agora em verso.

Veja uma:

A cehola importada,
No anno noventa e oito,
Foi muito superior
Ao alho, e ao biscoito!

Se algum dia vier para aqui, aconselho-o que traga consigo uma arte poetica, cem mil réis para papel sellado, um conto de réis para multas, uma bicycletta para fugir ao fisco, um martello para abrir caixotes na alfandega, uma caneta (porque a da alfandega está presa a um barbante) e boas botas d'agua para o desembarque, porque a escada da ponte-caes, não está grande coisa.

Tambem não deixe de trazer mais o seguinte:

Uma bomba de incendio, uma jangada para pôr as suas mercadorias que entrarem na alfandega, algumas rateiras, uma barraca de madeira para as materias inflammaveis e os parafusos necessarios á barraca, porque cada um custa cá 120\$000 réis, sendo feito nas officinas do Estado.

E se encontrar n'alguuma feira ali, uns fardamentos,

traga e offereça-os aos aspirantes do fisco. para não andarem como policiaes secretas, o que para nós é muito prejudicial.

Charutos, não traga, isso encontra-se cá aos pontapés, transportados de bordo em .. latas, nem traga candieiros porque vamos ter a luz electrica, nem sabonetes.

O que pode trazer é alguns medicamentos, não por serem caros aqui, mas para prevenir a eventualidade de uma reforma de Regimento.

Para negocio, aconselho-o contra os meus proprios interesses, que traga alguns estatutos das differentes associações commerciaes do mundo, projectos de construcções de pontes e calçadas, de edificios para escolas e repartições publicas, de canalisação d'aguas, de um lavadouro e matadouro.

(Continua)

MARQUES



A AGUA DO VINAGRE NA ILHA BRAVA

Esta agua foi ha dois annos analysada no Laboratorio Chimico do Ministerio da Marinha e Colonias da Republica Franceza, para onde foi enviada por Mr. Pomeran, commandante da canhoneira franceza *L'Ardent*, quando esteve n'essa ilha, de visita.

Eis o boletim d'analyse:

Reagentes dos phosphatos:

Tratada pelo oxalato d'ammoniac, precipitado notavel; — tratada pelo phosphato de soda ammoniacal, ligeiro precipitado; — submettida á ebullição, esta agua deixa depositar um precipitado abundante, de carbonato de cal, tido em dissolução sob a forma de acido carbonico.

O methodo hydrotimetrico dá para os saes de cal e magnezia os numeros seguintes:

Carbonato de cal, 0^g,2678 por litro — Saes de cal, além do carbonato de cal, quantidade inapreciavel; — Saes de magnezia, 0^g,1108; — Acido carbonico, 0^g,040; — Chloretos, dozados (*titres*) em chloreto de sodio, 0^g,32.

Esta agua pode ser classificada entre as aguas chlo-ro-carbonatadas.

É pouco mineralisada, attingindo o residuo salino fixo, 1^g,50 por litro.

A cal está no estado de bicarbonato. A soda no estado de carbonato e chloreto. A magnezia no estado principalmente de chloreto.

Contém, além d'isso, pequenissima quantidade de phosphato de soda e traços de silica e ferro.



ESPERANÇA

Sobre um vento mortal que pelo espaço
Vá, um a um, os astros apagando;
E a Noite, as negras azas desdobrando,
Desça da serra bronzea, passo a passo.

E o velho Mar, rendido de cansasso,
Vencido semi-deus, vá agonisando,
Em doce marulhar, suave e brando,
Na raiz, dos vulcões, n'um choro lasso...

Erga-se o Mal que os corações aterra;
Cáia, como um sudario, a grande calma
Do seu olhar voltado sobre a Terra;

Morra, em fim, quanta Luz a Idéa alcança,
Que ainda no seio fêrvido de uma alma
Hade sorrir a estrella da Esperança.

EUGENIO TAVARES.



SOUVENIR

A. Maria D. *

Ce fugitif instant fut toute notre vie,
No le regrettes pas!

(A. de MUSSET—Souvenir)

Tu padeces do mal que me devora,
e, ambos olhamos para a sepultura.
Que thesoiro perdido, que ternura
enterramos, senhora!

Destino miserando! Em vão na terra
buscamos com anseio a gota d'agua
que encontra a pomba na mais dura fragoa
d'alcantilada serral

Em vão! em vão tivemos um momento,
sequiosos a miragem do deserto:
a cabana, a palmeira o poço perto,
na cabana um assento...

Em vão! em vão nos labios calcinados
passou fremente a aragem dos desejos,
doce como os suspiros como os beijos
que dão dois namorados.

A miragem desfeita, estende o manto
à areia ao longe, quanto a vista alcança:
vivemos um momento da esperanza...
que triste desencanto!...

E contudo, ha uma flôr n'este deserto.
que o orvalho do céu no peito encerra:
e morremos de sede sós na terra,
depois de a ver de perto!...

Emhor! Que é a vida, mais quo um sonho
que se abre n'um sorriso e acaba em pranto?...
Felizes, se d'um goso resta o encanto
fugitivo, risonho!...

Tu padeces do mal que me devora,
e ambos olhamos para a sepultura.
Que thesoiro perdido, que ternura
enterramos, senhora!...

G. DANTAS.